

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	42
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	26.162.998
Preferenciais	0
Total	26.162.998
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	264.081	279.099
1.01	Ativo Circulante	111.021	115.661
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.808	12.979
1.01.03	Contas a Receber	23.063	25.300
1.01.04	Estoques	52.731	53.042
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.717	1.974
1.01.07	Despesas Antecipadas	736	124
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.966	22.242
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	16.966	22.242
1.01.08.01.01	Depositos vinculados - conta reserva	5.813	11.103
1.01.08.01.02	Adiantamento a fornecedores	11.153	11.139
1.02	Ativo Não Circulante	153.060	163.438
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	40.366	36.624
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	36.271	36.271
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	36.271	36.271
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.095	353
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados - contas reserva	3.742	0
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	353	353
1.02.03	Imobilizado	112.694	126.814
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	105.053	124.711
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	7.641	2.103

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	264.081	279.099
2.01	Passivo Circulante	98.911	115.051
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.318	1.152
2.01.02	Fornecedores	21.355	36.658
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.622	2.431
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.276	2.064
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	346	367
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	71.587	73.686
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	10.519	9.951
2.01.04.02	Debêntures	59.660	62.032
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.408	1.703
2.01.05	Outras Obrigações	1.029	1.124
2.01.05.02	Outros	1.029	1.124
2.01.05.02.04	Pesquisa e desenvolvimento	1.029	1.124
2.02	Passivo Não Circulante	942.739	918.949
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	840.770	816.971
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	140.301	139.059
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	140.301	139.059
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	700.469	677.912
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil a pagar	6.454	1.703
2.02.01.03.02	Debêntures	694.015	676.209
2.02.02	Outras Obrigações	101.969	101.978
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	54.050	52.680
2.02.02.02	Outros	47.919	49.298
2.02.02.02.03	Fornecedores	8.647	12.289
2.02.02.02.05	Pesquisa e desenvolvimento	39.272	37.009
2.03	Patrimônio Líquido	-777.569	-754.901
2.03.01	Capital Social Realizado	171.047	171.047
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-948.616	-925.948

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	42.734	86.543	41.199	86.863
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	23.970	48.276	-25.912	-55.441
3.03	Resultado Bruto	66.704	134.819	15.287	31.422
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.691	-2.856	-1.290	-2.506
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.691	-2.856	-1.295	-2.666
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	5	160
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	65.013	131.963	13.997	28.916
3.06	Resultado Financeiro	-24.337	-58.079	-33.823	-63.543
3.06.01	Receitas Financeiras	910	3.335	543	931
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.247	-61.414	-34.366	-64.474
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	40.676	73.884	-19.826	-34.627
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	40.676	73.884	-19.826	-34.627
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	40.676	73.884	-19.826	-34.627
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,28	0,87	-0,76	-1,32

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.264	-22.668	-19.826	-34.627
4.03	Resultado Abrangente do Período	-7.264	-22.668	-19.826	-34.627

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.713	2.737
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	56.799	38.579
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-22.668	-34.627
6.01.01.02	Atualização de arrendamento, empréstimos e debêntures	54.913	48.984
6.01.01.03	Depreciação/Amortização	19.669	19.650
6.01.01.06	Amortização do Custo das Debêntures	1.164	1.184
6.01.01.07	Provisão para Pesquisa & Desenvolvimento	844	887
6.01.01.09	Encargos financeiros sobre P&D	2.207	1.956
6.01.01.12	Amortização Arrendamento	670	545
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.374	-693
6.01.02.01	Imposto a recuperar	-1.743	-186
6.01.02.02	Depósitos vinculados - conta reserva	1.548	6.082
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-612	-659
6.01.02.04	Contas a receber	2.237	11.879
6.01.02.05	Depósitos judiciais	0	-13
6.01.02.06	Adiantamento a fornecedores	-14	8.476
6.01.02.07	Estoques	311	-6.181
6.01.02.08	Obrigações tributárias	1.191	176
6.01.02.09	Fornecedores	-18.945	-20.726
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	166	197
6.01.02.11	Pesquisa e desenvolvimento	-883	-1.031
6.01.02.12	Custo transação debentures - provisão	0	107
6.01.02.13	Partes Relacionadas	1.370	1.186
6.01.03	Outros	-39.712	-35.149
6.01.03.01	Pagamento de debêntures (juros)	-32.812	-28.467
6.01.03.02	Pagamento de empréstimo e financiamentos (Juros)	-6.900	-6.682
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11	-202
6.02.03	Compra de imobilizado	-11	-203
6.02.04	Recebimento partes relacionadas	0	1
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-873	-834
6.03.02	Pagamento arrendamento mercantil	-873	-834
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	829	1.701
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.979	2.628
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.808	4.329

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-925.948	0	-754.901
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-925.948	0	-754.901
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.668	0	-22.668
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.668	0	-22.668
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-948.616	0	-777.569

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-883.261	0	-712.214
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-883.261	0	-712.214
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-34.627	0	-34.627
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-34.627	0	-34.627
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-917.888	0	-746.841

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	96.759	97.106
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	96.759	97.106
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-18.389	-21.820
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-12.830	-15.153
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.559	-6.667
7.03	Valor Adicionado Bruto	78.370	75.286
7.04	Retenções	-20.339	-20.196
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20.339	-20.196
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	58.031	55.090
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.335	931
7.06.02	Receitas Financeiras	3.335	931
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	61.366	56.021
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	61.366	56.021
7.08.01	Pessoal	6.658	5.709
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.407	3.931
7.08.01.02	Benefícios	1.927	1.496
7.08.01.03	F.G.T.S.	324	282
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.924	8.896
7.08.02.01	Federais	9.924	8.896
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	67.452	76.043
7.08.03.01	Juros	61.414	64.473
7.08.03.02	Aluguéis	6.038	11.570
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-22.668	-34.627
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-22.668	-34.627

Comentário do Desempenho

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

Relatório Trimestral 2T25

Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos o Relatório Trimestral e as Informações Contábeis Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2025 (2T25 e 1S25) da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia” ou “Pernambuco III”).

O presente Relatório cumpre a exigência do “CPC 21_R1 Demonstrações Intermediárias” e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias.

O presente Relatório deve ser lido em conjunto com as Informações Contábeis Intermediárias. As informações estão apresentadas em reais mil, exceto quando indicado de outra forma. Efeitos de arredondamentos podem causar diferenças nas variações percentuais, quando comparadas às Informações Contábeis Intermediárias.

Destaques do Trimestre

	2T25	2T24	Δ %	1S25	1S24	Δ R\$
Receita operacional líquida	42.734	41.199	4%	86.543	86.863	0%
Lucro Bruto	18.764	15.287	23%	38.267	31.422	22%
<i>Margem bruta</i>	44%	37%	07 p.p.	44%	36%	08 p.p.
EBITDA	6.889	3.891	77%	15.072	8.720	73%
Prejuízo líquido do período	(7.264)	(19.826)	-63%	(22.668)	(34.627)	-35%

Desempenho Operacional

No 1S25, a Companhia apresentou geração demandada pelo ONS no total de 1.185 MWh (*) (6.851MWh (*) no 1S24). Em relação à disponibilidade das unidades geradoras, a Pernambuco III encerrou o 2T25 e 1S25 com 100% de disponibilidade, estando assim com seus 23 motores disponíveis para geração.

No 1S25 a Pernambuco III adquiriu óleo HFO para a geração, no montante de R\$ 1,2 milhões uma vez que o ONS ordenou pequenos despachos de energia no período. Em relação ao óleo diesel LFO, a Companhia adquiriu o montante de R\$ 0,1 milhões, equivalente a 30 mil litros para aquecimento das caldeiras auxiliares que mantém a usina aquecida para casos de solicitação de geração de energia.

(*) Informação não financeira não auditada

Comentário do Desempenho

Saúde, Segurança e Meio Ambiente

No 2T25, a gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (“SSMA”) da Pernambuco III seguiu engajada no aprimoramento de seus processos encerrando o 2T25 com 79 dias sem acidentes com afastamento. A Companhia entende que todos os acidentes podem e devem ser evitados, e que a excelência na busca de ambientes mais seguros e colaboradores conscientes de suas responsabilidades sociais e ambientais, são metas permanentes da Administração. Nesse sentido a Companhia mantém um rigoroso programa de Gestão de Riscos com mapeamento detalhado de cada atividade executada na usina.

Compliance

A Administração da Companhia conta com uma estrutura de Compliance, que entre outros objetivos, busca assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação e o fortalecimento do sistema de controles internos, procurando mitigar riscos de acordo com a complexidade de seus negócios e, ainda, disseminar a cultura de controles para o cumprimento das leis, contribuindo, desta forma, para o crescimento da percepção externa de valor de sua Governança Corporativa.

Jurídico / Regulatório

A Companhia possui liminar judicial vigente que suspende a cobrança de penalidades pela ANEEL e CCEE. No entanto, tendo em vista o caráter precário da liminar, tal entidade segue contabilizando as penalidades, as quais, se aplicadas, não há viabilidade de pagamento diante do fluxo de caixa da controlada. No período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia seguiu atuando de forma tempestiva para manter tal liminar em vigor, porém, diante da precariedade, a classificação de risco de perda é possível.

Desempenho Econômico-Financeiro

	2T25	2T24	Δ R\$	Δ %	1S25	1S24	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	47.783	46.065	1.718	4%	96.759	97.106	(347)	0%
(-) Deduções s/ receita	(5.049)	(4.866)	(183)	4%	(10.216)	(10.243)	27	0%
Receita operacional líquida	42.734	41.199	1.535	4%	86.543	86.863	(320)	0%
(-) Custo operacionais	(23.970)	(25.912)	1.942	-7%	(48.276)	(55.441)	7.165	-13%
Lucro Bruto	18.764	15.287	3.477	23%	38.267	31.422	6.845	22%
<i>Margem bruta</i>	<i>44%</i>	<i>37%</i>		<i>07 p.p.</i>	<i>44%</i>	<i>36%</i>		<i>08 p.p.</i>
Despesas gerais e administrativas	(1.691)	(1.295)	(396)	31%	(2.856)	(2.666)	(190)	7%
Outras (despesas) e receitas	-	5	(5)	-100%	-	160	(160)	-100%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	17.073	13.997	3.076	22%	35.411	28.916	6.495	22%
Receitas financeiras	910	543	367	68%	2.069	931	1.138	122%
Despesas financeiras	(25.247)	(34.366)	9.119	-27%	(60.148)	(64.474)	4.326	-7%
Resultado financeiro líquido	(24.337)	(33.823)	9.486	-28%	(58.079)	(63.543)	5.464	-9%
Prejuízo antes do IR e CS	(7.264)	(19.826)	12.562	-63%	(22.668)	(34.627)	11.959	-35%
Prejuízo líquido do período	(7.264)	(19.826)	12.562	-63%	(22.668)	(34.627)	11.959	-35%

Comentário do Desempenho

Receita Operacional Bruta

A Companhia encerrou o 2T25 com uma receita operacional bruta de R\$ 47.783 mil, frente a R\$ 46.065 mil no 2T24, um acréscimo de R\$ 1.718 mil ou +4%, decorrente, em sua maioria, do acréscimo de R\$ 2.166 mil na receita fixa referente ao reajuste anual no preço de energia pelo IPCA.

Já em relação ao 1S25, a Companhia encerrou o período com uma receita operacional bruta de R\$ 96.759 mil, frente a R\$ 97.106 mil no 1S24, uma ligeira redução de R\$ 347 mil. Apesar do acréscimo de R\$ 4.337 mil na receita fixa do período, a variação da rubrica foi atingida pela redução de R\$ 4.577 mil na receita variável do período, em razão da não ocorrência de despachos ordenados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

	2T25	2T24	Δ R\$	Δ %	1S25	1S24	Δ R\$	Δ %
Fixa	47.783	45.617	2.166	5%	95.570	91.233	4.337	5%
Variável	-	482	(482)	-100%	1.188	5.765	(4.577)	-79%
Energia de curto prazo MCP	-	(34)	34	-100%	1	108	(107)	-99%
Receita operacional bruta	47.783	46.065	1.718	4%	96.759	97.106	(347)	0%

Receita Operacional Líquida

Em relação à receita operacional líquida, a Companhia encerrou o 2T25 em R\$ 42.734 mil, frente a R\$ 41.199 mil no 2T24, um acréscimo de R\$ 1.535 mil ou +4%. Já no 1S25 a receita operacional líquida encerrou em R\$ 86.543 mil frente a R\$ 86.863 mil no 1S24, uma ligeira redução de R\$ 320 mil. O resultado do 2T25 e 1S25 é reflexo do reajuste anual do preço de energia pelo IPCA e da redução da receita variável nos períodos.

	2T25	2T24	Δ R\$	Δ %	1S25	1S24	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	47.783	46.065	1.718	4%	96.759	97.106	(347)	0%
(-) Deduções s/ receita	(5.049)	(4.866)	(183)	4%	(10.216)	(10.243)	27	0%
(-) Pis/Cofins	(4.420)	(4.262)	(158)	4%	(8.950)	(8.983)	33	0%
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(432)	(415)	(17)	4%	(874)	(887)	13	-1%
(-) Encargos setoriais	(197)	(189)	(8)	4%	(392)	(373)	(19)	5%
Receita operacional líquida	42.734	41.199	1.535	4%	86.543	86.863	(320)	0%

Custos Operacionais

A Companhia encerrou o 2T25 com os custos operacionais no patamar de R\$ 23.970 mil, uma redução de R\$ 1.942 mil ou -7% comparado ao montante de R\$ 25.912 mil registrado no 2T24. Essa variação se deve à redução de R\$ 2.661 mil nos custos operacionais fixo de O&M em razão da revisão e otimização dos contratos de O&M; e acréscimo de R\$ 1.055 mil na rubrica de pessoal, em razão da reestruturação da equipe técnica da Usina.

No 1S25, os custos operacionais encerraram no montante de R\$ 48.276 mil, uma redução de R\$ 7.165 mil ou -13% comparado ao montante de R\$ 55.441 registrado no 1S24. A redução entre períodos se deu em razão de: (i) redução de R\$ 3.442 na rubrica de combustíveis e lubrificantes em razão da menor necessidade de despacho no período; (ii) redução de R\$ 5.142 mil nos custos operacionais fixo de O&M em razão da revisão dos contratos de produção; e (iii) acréscimo de R\$ 1.118 mil na rubrica de pessoal, em razão da reestruturação da equipe técnica da Usina ocorrida no período.

Comentário do Desempenho



	2T25	2T24	Δ R\$	Δ %	1S25	1S24	Δ R\$	Δ %
Encargo de uso do sistema de transmissão	(4.919)	(4.466)	(453)	10%	(9.798)	(8.895)	(903)	10%
Combustíveis e lubrificantes	(263)	(482)	219	-45%	(1.493)	(4.935)	3.442	-70%
Custos operacionais fixos - O&M	(3.692)	(6.353)	2.661	-42%	(7.274)	(12.416)	5.142	-41%
Pessoal	(3.502)	(2.447)	(1.055)	43%	(6.262)	(5.144)	(1.118)	22%
Manutenção e conservação - <i>Overhaul</i>	(74)	(217)	143	-66%	(284)	(539)	255	-47%
Depreciação e amortização	(10.184)	(10.106)	(78)	1%	(20.339)	(20.196)	(143)	1%
Serviços de terceiros	(963)	(1.469)	506	-34%	(2.074)	(2.517)	443	-18%
Outros	(373)	(372)	(1)	0%	(752)	(799)	47	-6%
Total	(23.970)	(25.912)	1.942	-7%	(48.276)	(55.441)	7.165	-13%

Resultado Bruto e Margem Bruta

No 2T25 a Companhia apresentou lucro bruto de R\$ 18.764 mil, um aumento de R\$ 3.477 mil ou +23%, quando comparado ao lucro bruto de R\$ 15.287 mil do 2T24, impactado pelo acréscimo na receita operacional líquida de R\$ 1.535 mil e pela redução de custos operacionais de R\$ 1.942 mil. No 1S25 o lucro bruto apurado foi de R\$ 38.267 mil versus R\$ 31.422 mil no 1S24, um acréscimo de R\$ 6.845 ou +22%, também impactado pelas variações apontadas no 2T25.

Despesas Gerais e Administrativas

No 2T25 as despesas administrativas totalizaram R\$ 1.691 mil frente a R\$ 1.295 mil no 2T24, um aumento de R\$ 396 mil ou +31%. Esse aumento entre trimestres se deu, principalmente, em razão da variação das despesas de serviços de terceiros de R\$ 190 mil devido a menor necessidade da contratação de serviços jurídicos e R\$ 111 mil em despesas com pessoal.

Já no 1S25 as despesas administrativas totalizaram R\$ 2.856 mil, um acréscimo de R\$ 190 mil ou +7% quando comparado ao montante de R\$ 2.666 mil no 1S24, em razão principalmente da redução de R\$ 219 mil na rubrica de serviços de terceiros, devido a menor necessidade na contratação de serviços de consultorias e assessorias jurídicas.

	2T25	2T24	Δ R\$	Δ %	1S25	1S24	Δ R\$	Δ %
Despesas com pessoal	(954)	(843)	(111)	13%	(1.613)	(1.720)	107	-6%
Serviços de terceiros	(552)	(362)	(190)	52%	(999)	(780)	(219)	28%
Outros	(185)	(90)	(95)	106%	(244)	(166)	(78)	47%
Total	(1.691)	(1.295)	(396)	31%	(2.856)	(2.666)	(190)	7%

Outras Receitas e Despesas

No 2T25 e 1S25 a rubrica de outras receitas e despesas não apresentou saldo apurado. No 1S24 a rubrica de outras receitas e despesas totalizou R\$ 160 mil, em razão principalmente da restituição de impostos aduaneiros de R\$ 155 mil ocorrida em março de 2024, referente a fevereiro de 2016.

	2T25	2T24	Δ R\$	Δ %	1S25	1S24	Δ R\$	Δ %
Recuperação de outras despesas	-	-	-	0%	-	155	(155)	-100%
Outras receitas	-	5	(5)	-100%	-	5	(5)	-100%
Total	-	5	(5)	-100%	-	160	(160)	-100%

Comentário do Desempenho

EBITDA

No 2T25 a Companhia atingiu EBITDA de R\$ 6.889 mil frente a R\$ 3.891 no no 2T24, um acréscimo de R\$ 2.998 mil ou +77%, já no 1S25 a Companhia atingiu EBITDA de R\$ 15.072 mil um acréscimo de R\$ 6.352 mil ou +73% em relação ao total de R\$ 8.720 mil apurado no 1S24.

A melhora do EBITDA da Companhia em ambos os períodos, foi fortemente impactada pela redução do prejuízo líquido apurado, fruto da melhora da receita operacional fixa e da redução dos custos operacionais nos períodos.

EBITDA	2T25	2T24	Δ R\$	Δ %	1S25	1S24	Δ R\$	Δ %
Prejuízo líquido do período	(7.264)	(19.826)	12.562	-63%	(22.668)	(34.627)	11.959	-35%
(+/-) receitas/despesas financeiras líquidas	24.337	33.823	(9.486)	-28%	58.079	63.543	(5.464)	-9%
(+) depreciação, amortização e exaustão	(10.184)	(10.106)	(78)	1%	(20.339)	(20.196)	(143)	1%
EBITDA	6.889	3.891	2.998	77%	15.072	8.720	6.352	73%
Margem EBITDA	16%	9%	07 p.p.		17%	10%	07 p.p.	

Endividamento

A Companhia encerrou o 1S25 com um endividamento bruto no valor de R\$ 904.495 mil, montante R\$ 17.244 ou 2% maior ao saldo registrado em dezembro de 2024 de R\$ 887.251 mil. Já em termos de caixa e disponibilidades, a Companhia encerrou o 1T25 com um saldo de R\$ 13.808 mil versus R\$ 12.979 mil em dezembro de 2024, uma variação nominal de R\$ 829 mil, resultando assim em uma dívida líquida no 1S25 de R\$ 890.687 mil frente a R\$ 874.272 mil em dezembro de 2024.

	30.06.2025	31.12.2024	Δ R\$	Δ %
(+) Total de caixa e disponibilidades	13.808	12.979	829	6,4%
Caixa	48	55	(7)	-12,7%
Aplicações Financeiras	13.760	12.924	836	6,5%
(-) Total de empréstimos e debêntures	(904.495)	(887.251)	(17.244)	2%
(=) Disponibilidades (dívida) líquida	(890.687)	(874.272)	(16.415)	2%

Debêntures

No 1S25 o saldo devedor das debêntures da Pernambuco III era de R\$ 753.675 mil (R\$ 738.241 mil em 31 de dezembro de 2024), sendo contabilizado no passivo circulante R\$ 59.660 mil e R\$ 694.015 mil no passivo não circulante em 30 de junho de 2025 (R\$ 62.032 mil no passivo circulante e R\$ 676.209 mil no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024).

Comentário do Desempenho

Declaração dos Diretores

Os Diretores da Termelétrica Pernambuco III S.A declaram que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2025 e com as opiniões expressas no parecer de auditoria da BDO Brasil Auditores Independentes.

Aviso Legal

Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explicar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Termelétrica Pernambuco III e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização.

As informações contidas neste documento, refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste relatório e nas Informações Contábeis Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2025.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@utepeiii.com.br ou através do telefone +55 (11) 4130-3855.



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia” ou “PIII”) é uma sociedade por ações de capital aberto, “Categoria B”, nos termos da Instrução CVM nº 480 e alterações posteriores, com sede em Igarassu/PE – Brasil, cujo objeto específico é de geração de energia elétrica de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica.

A Companhia possui autorização para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III, localizada na área rural de Engenho D’Água, Três Ladeiras, Município de Igarassu, Estado de Pernambuco, constituída de vinte e três unidades geradoras de 8,73 MW (*) cada, totalizando 200,79 MW (*) de capacidade instalada. O início da operação da Companhia ocorreu em dezembro de 2013 e possui autorização para a exploração pelo período de 35 anos, findando em 02 de julho de 2044.

Em 14 de julho de 2014, a integralidade das ações da Companhia passou a ser detida pela Mesa Participações S.A. A Companhia é controlada indireta pela Bolognesi Energia S.A.

No período de 30 de junho de 2025, a Companhia fez frente à geração de energia ao Sistema Integrado Nacional (“SIN”) no total de 1.185 MWh (*) (6.851 MWh (*) no período findo em 30 de junho de 2024).

(*) Informação não financeira não auditada

a) Continuidade operacional

Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 12.110 (R\$ 610 em 31 de dezembro de 2024), prejuízos acumulados de R\$ 948.616 (R\$ 925.948, em 31 de dezembro de 2024) e, em 30 de junho de 2025 o patrimônio líquido estava negativo (passivo a descoberto) em R\$ 777.569 (R\$ 754.901 em 31 de dezembro de 2024), em virtude do saldo de debêntures, obrigações financeiras e débitos perante a fornecedores.

Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada, por 91,07% das debêntures em circulação, a sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado das debêntures, o que corrobora o sucesso da Administração na renegociação de seus passivos junto aos credores financeiros.

Em 08 de março de 2024, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Reestruturação de Dívida (Termo) da Cédula de Crédito Bancário no 1011161000005600 (CCB). O Termo não afeta o fluxo de pagamento das Debêntures, equivalente a 84,40% (oitenta e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento) do fluxo de caixa trimestral livre disponível para o pagamento dos credores.

b) Processo de arbitragem – Reorganização Financeira Multiner S.A.

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi firmou o contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias, e na mesma data celebrou com o FIP Multiner e seus cotistas o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. (o “Contrato de Reorganização”).

Em dezembro de 2017, foi instaurada arbitragem que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização entre os acionistas da Multiner S.A. (Brasilterm Energia e Bolognesi Energia, como Requerentes, e FIP Multiner e seus cotistas, como requeridos), incluindo, mas não se limitando, ao pedido de inexigibilidade de certas dívidas assumidas pelos Requerentes. Em abril de 2022, houve sentença final definitiva, bem como a determinação de execução específica do Contrato de Reorganização, com obrigação de aporte por parte dos Requerentes, na forma prevista no Contrato de Reorganização.

A sentença arbitral definitiva, que está sob sigilo, determina de maneira geral o cumprimento do Contrato de Reorganização, incluindo, mas não se limitando a, (i) a inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Multiner e algumas Partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as Partes, bem como (ii) a obrigação de aportes na Multiner pelo acionista Bolognesi e Brasilterm Energia, dentre outros.

Em agosto de 2022, as partes firmaram o “Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas” (“Termo de Compromisso”) no qual as partes assumiram o compromisso recíproco de (i) não praticar, durante a vigência do referido instrumento, quaisquer atos, medidas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais que visem a discutir ou exigir o cumprimento da Sentença Arbitral; e (ii) envidar seus melhores esforços para chegarem a um acordo definitivo, abrangendo as demandas e/ou disputas entre as partes.

Em Assembleia Geral de Cotistas, Multiner Fundo de Investimento em Participações (“FIP”) iniciada em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024, aprovaram a celebração pelo FIP do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças com o Grupo Bolognesi, para fins de implementar o encerramento das relações societárias creditícias e de qualquer outra natureza estabelecidas entre o Grupo Bolognesi, de um lado, e o FIP, de outro, no âmbito do grupo Multiner e MESA.

Em 11 de abril de 2024, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Multiner, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre as partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, sendo certo que o FIP realizou a contratação pelo Fundo de assessores jurídicos, técnicos e financeiros para esta transação. O Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças contém diligências em andamento pelas partes da assinatura até o fechamento.

Em 08 de janeiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o 1º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 1º de março de 2025.

Em 28 fevereiro de 2025 as Partes (Bolognesi e FIP Multiner) celebraram o 2º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 31 de março de 2025.

Até a data desse relatório, o prazo previsto encontra-se vencido e as partes encontram-se em tratativas para efeito de continuidade.

c) Programa de Compliance da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com a Lei no 12.846/13, estruturou o seu Programa de Integridade, que estabelece um conjunto de ações preventivas, de monitoramento e controle, visando aprimorar o conjunto de boas práticas adotadas para o fortalecimento da governança corporativa, assim como a devida adequação dos processos internos, para melhoria da eficiência na prevenção de fraudes. Com esse objetivo, no final de 2016, foi criada a área de Compliance, que a partir do report direto à alta direção da Companhia, é responsável pela supervisão das atividades de controle, a avaliação da eficácia destes, a aplicação de testes sobre os pontos de controles internos, a condução do processo de auditoria interna, além do acompanhamento do processo de remediação dos problemas identificados.

Por outro lado, a Companhia vem sempre atualizando suas políticas, estabelecendo rotinas de controle de processos e normas gerais de funcionamento de diversas atividades, de forma a definir seus objetivos de controle, avaliando a efetividade da estrutura de controle criada e a operacionalidade desta. Atenta às necessidades de melhoria nos processos, vem fortalecendo a supervisão do Relacionamento com Fornecedores, adotando prévia análise destes. Adicionalmente, vem instituindo mecanismos que possibilitam detectar eventuais falhas nos processos e estabelecendo plano de ações para sua melhoria contínua. Destaca-se, no plano geral, dentro do Programa de Integridade, a implantação do Código de Conduta Ética e Profissional, que têm por objetivo prevenir, detectar e evitar irregularidades praticadas contra a Companhia ou contra terceiros, assegurando que as relações com os stakeholders, colaboradores, clientes e fornecedores sejam conduzidos com ética e transparência.

A Companhia também conta, desde abril de 2020, com o Canal da Ética. Trata-se de um serviço de comunicação independente, por meio do qual é possível registrar relatos sobre ações e condutas que não estão em conformidade com o Código de Conduta Ética e Profissional da Companhia. As informações relatadas são recebidas por uma empresa independente, o que garante o sigilo e tratamento adequado dos relatos e, depois, encaminhados à área de Compliance para o processo de investigação, conforme delegação do Conselho. Em complemento à estrutura do Canal da Ética, a Companhia possui um Comitê de Ética, formado por representantes de diferentes áreas, o qual tem como responsabilidades a análise dos resultados das investigações, a aplicação de medidas corretivas, no que couber, assim como a atualização do próprio Código de Conduta Ética e Profissional.



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O acesso ao Canal da Ética pode ser realizado via site: www.aloetica.com.br/bolognesienergia. ou, ainda o e-mail: bolognesienergia@aloetica.com.br, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias da semana. Como alternativa, a Companhia oferece acesso ao Canal da Ética, pelo telefone 0800 000 1388, com atendimento pelo operador, nos dias úteis, das 9hs às 17hs, fora desse horário, o manifestante poderá fazer seu relato por meio de mensagem gravada.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes a 30 de junho de 2025, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nas presentes informações contábeis intermediárias, a Administração está evidenciando apenas as informações relevantes utilizadas na gestão da Companhia.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados pelo valor justo por meio de resultado.

Estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, uma vez que seu objetivo é prover uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação àquelas demonstrações contábeis.

As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações contábeis anuais.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração em 14 de agosto de 2025.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Bancos - conta corrente	47	55
Aplicações financeiras (i)	13.761	12.924
Total	<u>13.808</u>	<u>12.979</u>

O saldo apresentado em Caixa e equivalente de caixa no trimestre findo em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 13.808 (R\$ 12.979 em 31 de dezembro de 2024).

- (i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo resgatáveis a qualquer momento com o próprio emissor, sem risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 99,78% do CDI em 30 de junho de 2025 (100,51% do CDI, em 31 de dezembro de 2024).

4. Contas a receber

	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Suprimento de energia	23.063	25.300
Total	<u>23.063</u>	<u>25.300</u>

O saldo em 30 de junho de 2025, no montante de R\$ 23.063 (R\$ 25.300 em 31 de dezembro de 2024), decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade.



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) – parcela de receita variável. Para estes recebíveis, não foi necessário o registro de perda esperada com créditos.

O saldo de contas a receber advém do suprimento de energia elétrica aos clientes da Companhia, cujo prazo médio de recebimento é de até 30 dias.

5. Tributos a recuperar

	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
IRPJ	355	355
IRRF	853	730
CSLL	157	157
PIS/COFINS	<u>2.352</u>	<u>732</u>
Total	<u>3.717</u>	<u>1.974</u>

Os valores constantes em tributos a recuperar são oriundos da retenção de IRRF sobre os resgates de aplicação financeira e PIS e COFINS sobre compra de óleo combustível e compra de materiais, na alíquota total de 9,25%, além de IRPJ e CSLL.

6. Estoques

	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Óleo combustível pesado (HFO - <i>Heavy Fuel Oil</i>) (i)	42.312	43.145
Peças para manutenção	10.223	9.701
Estoque de peças em poder de terceiros	<u>196</u>	<u>196</u>
Total	<u>52.731</u>	<u>53.042</u>

(i) Refere-se a óleo combustível HFO ("*Heavy Fuel Oil*") que é utilizado nos motores da operação e da geração de energia.

7. Depósitos vinculados - contas reserva

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui registrado em seu balanço patrimonial o montante de R\$ 9.555 (R\$ 11.103 em 31 de dezembro de 2024), referente a conta de depósito vinculado que está segregada de caixa e equivalentes de caixa por não ter liquidez imediata. A estrutura das contas é a seguinte:

	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Conta centralizadora (a)	5.428	7.582
Conta reserva garantia (ONS) (b)	3.742	3.516
Conta escrow (BP North) (c)	<u>385</u>	<u>5</u>
Total	<u>9.555</u>	<u>11.103</u>
Circulante	5.813	11.103
Não Circulante	3.742	-



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) conta centralizadora

Após a declaração de vencimento antecipado das debêntures em 1º de setembro de 2017, a movimentação das contas tornou-se possível em função de decisão de Tutela antecipada, em 14 de setembro e 18 de outubro de 2017, determinando que o Agente Financeiro - Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de representante dos debenturistas e em benefício destes, e ao Banco Itaú-Unibanco S.A., nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios se abstenha de bloquear os valores recebíveis da Companhia até o limite de R\$ 7,5 milhões por mês, permitindo que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviços, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até deliberação dos debenturistas ou decisão contrária em sede recursal. Em 09 de agosto de 2018, em Assembleia Geral de Debenturista (“AGD”) a Companhia e os Debenturistas entraram em acordo de suspensão da ação judicial, e determinaram o compartilhamento dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora na seguinte proporção:

- (i) 66,66% (sessenta e seis inteiros e sessenta e seis centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a PIII; e
- (ii) 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas.

(b) Conta reserva garantia (ONS)

Em 30 de junho de 2025, a Companhia mantém depositado em conta reserva no montante de R\$ 3.742 (R\$ 3.516 em 31 de dezembro de 2024). O saldo refere-se ao contrato garantia junto à ONS das obrigações decorrentes de pagamento dos encargos de uso do sistema de transmissão referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST no 055/2011, a qual o Banco Daycoval S.A. figura como fiador e principal pagador, solidariamente com a Companhia. Dessa forma, o Banco Daycoval, na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela Companhia referente ao contrato mencionado, deverá efetuar o pagamento das importâncias que forem devidas, até o limite de R\$ 2.353, dentro do prazo de 48 horas. Esta conta está segregada de caixa e equivalentes de caixa por não ter liquidez imediata.

(c) Conta escrow BP North

Refere-se à conta escrow administrada pela BP North em garantia da aquisição de óleo combustível importado R\$ 385 em 30 de junho de 2025 e (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2024).

8. Adiantamento de fornecedores

	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Adiantamento a funcionários	88	71
Adiantamento a fornecedores (i)	11.065	11.068
Total	<u>11.153</u>	<u>11.139</u>

- (i) Em 30 de junho de 2025, o saldo em aberto de R\$ 11.065 é formado principalmente por: R\$ 5.578 referente à garantia do frete na aquisição de óleo combustível importado (R\$ 5.578 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 4.771 (R\$ 4.771 em 31 de dezembro de 2024) referente à garantia na aquisição de combustível importado, ambos com o fornecedor BP North.



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

	30.06.2025			31.12.2024		
	Empréstimo Ativo	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimo Passivo	Empréstimo Ativo	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimo Passivo
Estoques de terceiros em nosso poder						
Borborema Energética S.A. (i)	205	-	-	205	-	-
	205	-	-	205	-	-
Partes relacionadas						
Autódromo Energética S.A. (ii) e (iii)	-	861	216	-	861	216
Ben Bioenergia Ger. Com. Energia do Nordeste	94	-	-	94	-	-
Boa Fé Energética S.A. (iii)	-	2.172	-	-	1.940	-
Bolognesi Energia S.A. (ii)	-	-	6.060	-	-	6.060
Borborema Energética S.A. (i), (ii) e (iii)	16.227	295	2.963	16.227	294	2.963
Brasilterm Energia S.A. (ii)	-	-	54	-	-	54
Central Energética Palmeiras S.A. (iv)	19.475	-	-	19.475	-	-
Companhia Energética Rio da Prata (ii)	230	-	-	230	-	-
Criúva Energética S.A. (iii)	-	409	-	-	368	-
Da Ilha Energética S.A. (ii) e (iii)	-	3.821	9	-	3.197	9
Flame Nova Aratu Holdings S.A. (iii)	-	23	-	-	23	-
Hidrotermica Comercializadora S.A. (iii)	-	151	-	-	151	-
Hidrotérmica S.A. (ii) e (iii)	245	1.361	-	245	1.213	-
Maracanaú Geradora de Energia S.A. (iii)	-	663	-	-	602	-
Multiner S.A. (v)	-	-	33.126	-	-	33.126
São Paulo Energética S.A. (ii) e (iii)	-	192	6	-	171	6
Serra Verde Energética S.A. (ii)	-	-	26	-	-	26
Serrana Energética S.A. (iii)	-	477	-	-	414	-
Vêneto Energética S.A. (ii) e (iii)	-	1.159	6	-	980	6
	36.271	11.584	42.466	36.271	10.214	42.466
Fornecedores						
Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. (vi)	-	-	2.099	-	-	2.099
Total	36.476	11.584	44.565	36.476	10.214	44.565



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2025		31.12.2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Serviços compartilhados	-	11.584	-	10.214
Empréstimos	36.271	42.466	36.271	42.466
Saldo final	36.271	54.050	36.271	52.680

- (i) A Companhia emprestou óleo combustível à parte relacionada Borborema Energética S.A., bem como peças de manutenção de R\$ 205. Durante 2018, a Companhia reavaliou a forma de pagamento da dívida, determinando que a devolução será feita pela Borborema através de pagamento e não de devolução do mesmo material;
- (ii) A Companhia mantém relacionamento de mútuos sem incidência de correção monetária e juros;
- (iii) A Companhia e as demais empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, de modo que esses custos e despesas são repassadas com base nos critérios de rateio definidos entre as empresas. Os contratos de compartilhamento foram firmados e aprovados pela Administração das empresas em 2021;
- (iv) O saldo ativo com a sua coligada Central Energética Palmeiras S.A. (CEPASA) refere-se à concessão de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL dentro do programa de parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 766/17. Em fevereiro de 2021, a sua coligada saldou parcialmente o saldo em aberto no montante de R\$3.700;
- (v) O saldo com a Multiner S.A. decorre de contrato de mútuo para o pagamento de despesas, com prazo de vencimento indeterminado e sobre o qual incide juros de 105,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Após 1º de janeiro de 2018, a Companhia deixou de remunerar o saldo devido à Arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara Ciesp), conforme Nota Explicativa nº 1 – “Processo de arbitragem – Reorganização Financeira; e
- (vi) A Companhia comercializou energia elétrica com a Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. no ambiente de contratação livre. Foram vendidos 5,52 megawatts médios de energia elétrica e comprados 14,52 megawatts médios. A energia foi adquirida para recomposição de lastro afim de manter índices de disponibilidade necessários para evitar incidência de penalidades associadas ao cumprimento da garantia física da usina.

Dado o momento de reestruturação de dívidas da Companhia, a Administração está avaliando o melhor momento para liquidar os saldos ativos e passivos entre partes relacionadas.

Estrutura de custos compartilhada

A Companhia, e as demais empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte, compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, de modo que esses custos e despesas são repassadas com base nos critérios de rateio definidos entre as empresas. Os contratos de compartilhamento foram firmados e aprovados pela Administração das empresas a partir do ano de 2021.

Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é exercida pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. Ambos abdicaram de receber remuneração direta na Companhia para contribuir com a recuperação operacional e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2025.

Movimentação de partes relacionadas

	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2024	36.271	52.680
Serviços compartilhados	-	1.370
Saldo em 30.06.2025	36.271	54.050



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Composição do saldo

Itens	Taxa de depreciação (a.a.)	30.06.2025			31.12.2024
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Usinas - Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e	8,13%	35.656	(28.415)	7.241	8.690
Máquinas e equipamentos	8,79%	414.081	(323.436)	90.645	108.847
Móveis e utensílios	10,22%	137	(103)	34	41
Total imobilizado em serviço		449.874	(351.954)	97.920	117.578
Usinas - imobilizado em curso					
Material em depósito		7.133	-	7.133	7.133
Total imobilizado em curso		7.133	-	7.133	7.133
Total do Imobilizado		457.007	(351.954)	105.053	124.711

Mutação do imobilizado

	31.12.2024	Adições	Depreciação	30.06.2025
Usinas - Imobilizado em serviço				
Edificações, obras civis e	8.690	-	(1.449)	7.241
Máquinas e equipamentos	108.847	11	(18.213)	90.645
Móveis e utensílios	41	-	(7)	34
Total imobilizado em serviço	117.578	11	(19.669)	97.920
Usinas - imobilizado em curso				
Material em depósito	7.133	-	-	7.133
Total imobilizado em curso	7.133	-	-	7.133
Total do Imobilizado	124.711	11	(19.669)	105.053

A Companhia adota como depreciação o método linear, com base na vida útil estimada dos bens, limitada ao período do *Power Purchase Agreement (PPA)*.

11. Direito de uso e passivo de arrendamento

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Companhia reconhece contabilmente os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- Contrato com um prazo inferior ou igual a 12 meses; e
- Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia possui contratos de arrendamentos referente à locação de terrenos onde está localizada a usina.



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações do direito de uso e do respectivo passivo de arrendamento ocorridas no período findo em 30 de junho de 2025 são:

	Ativo	
	30.06.2025	31.12.2024
	2.103	3.183
Baixa de arrendamento	(2.012)	-
Nova contratação	8.220	-
Amortização	(670)	(1.080)
	7.641	2.103
	Passivo	
	3.406	4.780
Baixa de arrendamento	(3.277)	-
Variação monetária	386	307
Nova contratação	8.220	-
Pagamento	(873)	(1.681)
	7.862	3.406
	1.408	1.703
	6.454	1.703

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos da Companhia, aplicou-se a taxa de desconto de 13,25% a.a., pois a taxa de juros não se encontra explícita nas informações disponíveis em contrato. Adicionalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos, a Companhia considerou como prazo o período de concessão do complexo por 71 meses, ou seja, prazo findo em 31 de dezembro de 2030.

Em 31 de janeiro de 2025, a Companhia e a arrendatária celebraram o Instrumento Particular de Arrendamento de Imóvel Rural, Consolidação e outras Avenças, dos terrenos onde está instalada a Usina Termelétrica Pernambuco III. As partes sucederam os direitos e obrigações advindos dos Instrumentos Particulares de Arrendamento datados de 30 de novembro de 2010 e 18 de janeiro de 2019. O novo Instrumento substituiu integralmente e consolida todos os instrumentos anteriores de arrendamento firmados entre as partes e o prazo do arrendamento se inicia na data de assinatura do presente contrato, quando substituiu plenamente os contratos originais, permanecendo vigente até 31 de dezembro de 2044.

A Companhia poderá rescindir antecipadamente o contrato, sem qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza até o dia 31 de dezembro de 2030, mediante notificação por escrito, com no mínimo, 30 dias de antecedência.

Os futuros pagamentos mínimos de arrendamento compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento.

Em 30 de junho de 2025, são conforme segue:

	Fluxo de Pagamento					
30 de junho de 2025	Fluxo Contratado	Até 1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	Acima 5 anos
Passivo de arrendamento	7.862	1.408	1.507	1.613	1.722	1.612



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas (NE 09)	2.099	2.099
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	78	6
Encargo de uso do sistema de transmissão	1.855	1.850
Materiais e serviços (i)	<u>25.970</u>	<u>44.992</u>
Total	<u>30.002</u>	<u>48.947</u>
Circulante	21.355	36.658
Não Circulante	8.647	12.289

(i) Na rubrica de materiais e serviços temos valores renegociados com os fornecedores a seguir:

- Em 01 de março de 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor Petrobras Distribuidora S.A. para pagamento em 96 prestações mensais e sucessivas do saldo em aberto no montante de R\$ 48.973, corrigidas pelo IPCA, vencendo-se a primeira em 15/01/2020 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, decorrente do fornecimento de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. Em 30 de junho de 2025, o saldo em aberto é de R\$ 15.277 (R\$ 18.340 em 31 de dezembro de 2024).
- Em 02 de outubro 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor BP Products North América Inc, fornecedor de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. O saldo devedor na data da negociação foi de R\$ 8.209, sendo pago em 25 de outubro de 2019 o montante de R\$ 4.130, o saldo restante renegociado em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas a partir de 25 de março de 2020. Em 30 de junho de 2025 o saldo em aberto é de R\$ 9.979 (R\$ 10.671 em 31 de dezembro de 2024).

13. Obrigações tributárias

	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.131	1.132
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	346	367
PIS e COFINS s/faturamento	1.229	5
Outros tributos e contribuições retidos na fonte	33	57
Outros tributos	<u>883</u>	<u>870</u>
Total	<u>3.622</u>	<u>2.431</u>
Circulante	3.622	2.431

14. Debêntures

O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Debêntures	756.235	741.964
Custo de transação	<u>(2.560)</u>	<u>(3.723)</u>
Total de debêntures	<u>753.675</u>	<u>738.241</u>
Circulante	59.660	62.032
Não Circulante	694.015	676.209

Em 15 novembro de 2013, a Companhia realizou uma oferta pública de distribuição de R\$ 300.000 em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, nominativas e escriturais, em 4 séries de R\$ 75.000 cada, totalizando R\$ 300.000 na data da emissão.



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de custos de transação com a emissão das debêntures é representado, principalmente, por gastos com advogados, auditores, coordenação da oferta e publicidade da distribuição. Os custos de transação foram contabilizados como redução dos valores recebidos, e vêm sendo amortizados ao resultado ao longo do prazo da dívida que os originaram e têm por base o método do custo amortizado. O saldo de dívida a pagar, líquido dos custos de transação, é atualizado pelo método dos juros efetivos ao longo dos períodos contratuais, com adição das multas e juros de mora em decorrência do vencimento antecipado.

A operação está garantida por: **(i)** cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia; **(ii)** alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da emissora, detidas pela Mesa Participações S.A; e **(iii)** alienação fiduciária dos equipamentos da Companhia.

Em Assembleia Geral de Debenturistas instalada e suspensa em 05 de setembro, 03 de outubro, 18 de outubro e 10 de novembro de 2023, e reaberta e encerrada em 12 de dezembro de 2023 às 14 horas e 30 minutos, os debenturistas representando 91,07% (noventa e um inteiros e sete centésimos por cento) das debêntures em circulação por unanimidade, deliberaram pela aprovação da sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado da Emissão, ocorrido em 1º de setembro de 2017.

Características das debêntures reestruturadas

A reestruturação dos termos, condições e características das Debêntures, seguem conforme quadro a seguir:

Descrição	Tranche	Vencimento	Remuneração	Amortização
Primeira Série	1-A	31/03/2028	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (mar / set)
	1-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	1-C	31/12/2060	TR	No vencimento
Segunda Série	2-A	31/12/2027	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (jun / dez)
	2-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	2-C	31/12/2060	TR	No vencimento
Terceira Série	3-A	31/12/2027	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (jun / dez)
	3-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	3-C	31/12/2060	TR	No vencimento
Quarta Série	4-A	31/03/2028	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (mar / set)
	4-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	4-C	31/12/2060	TR	No vencimento

As novas taxas de remuneração serão aplicadas a contar da data de assinatura dos aditivos contratuais.

Nos termos do acordo, as garantias para cada tranche serão estabelecidas da seguinte forma:

- Tranches A e B, mantiveram as garantias originais da emissão e adicionalmente foi constituída uma nova garantia para a Tranche C sobre 30% dos direitos Líquidos da Ação Aneel; e
- Constituição de caixa mínimo no valor de R\$ 15.000 mil.

Cash Sweep dos valores acima do R\$ 15.000 mil aferidos e pagos semestralmente, a partir da composição do caixa mínimo.



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação de debêntures

	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Saldo inicial	738.241	725.615
Pagamento de juros com conta reserva	(32.812)	(60.627)
Apropriação juros e multa	22.581	38.875
Atualização de debêntures	24.501	31.874
Custo de transação	-	107
Amortização de custo de transação	1.164	2.397
Saldo final	<u>753.675</u>	<u>738.241</u>

Saldo de debêntures por tranche

<u>30.06.2025</u>				
<u>Tranche</u>	<u>A</u>	<u>B</u>	<u>C</u>	<u>Total</u>
1a série	40.722	125.151	76	165.949
2a série	39.628	157.916	76	197.620
3a série	37.917	154.876	76	192.869
4a série	49.702	150.019	76	199.797
	<u>167.969</u>	<u>587.962</u>	<u>304</u>	<u>756.235</u>

<u>31.12.2024</u>				
<u>Tranche</u>	<u>A</u>	<u>B</u>	<u>C</u>	<u>Total</u>
1a série	45.319	117.616	75	163.010
2a série	45.376	148.670	75	194.121
3a série	43.416	145.789	75	189.280
4a série	55.317	140.161	75	195.553
	<u>189.428</u>	<u>552.236</u>	<u>300</u>	<u>741.964</u>

15. Empréstimos e financiamentos

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

<u>Financiadores / Credores</u>	<u>Valor Contratado</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
		<u>Saldo Devedor</u>	<u>Saldo Devedor</u>
Spesi	69.521	150.820	149.010
		<u>150.820</u>	<u>149.010</u>
Circulante		10.519	9.951
Não Circulante		140.301	139.059



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Principais características dos empréstimos e financiamentos:

r	Tranche	Valor Original	Data Contratação	Modalidade	Remuneração	Valor Repactuado	Início	Término	30.06.2025			31.12.2024		
									Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer	Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer
Spesi	1-A		28/10/16	Capital Giro	IPCA + 6,40% a.a.	43.019	08/03/2024	31/03/2028	16	5	11	16	3	13
Spesi	1-B	69.521	28/10/16	Capital Giro	IPCA + 5% a.a.	107.055	08/03/2024	31/12/2072	1	-	1	1	-	1
Spesi	1-C		28/10/16	Capital Giro	TR	1	08/03/2024	31/12/2060	1	-	1	1	-	1

Em março de 2018, houve o vencimento da dívida referente à Cédula de Crédito Bancário (CCB) e em abril de 2018, começou a amortização por meio de execução de garantias vinculadas à receita variável conforme instrumento particular de cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios no 854800360950.

Em 29 de junho de 2021, a Companhia foi comunicada pela Across sobre a cessão de crédito entre Itaú Unibanco S.A (Cedente) e Across Recuperação de Crédito Ltda. (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão do crédito no 687614(101116100005600).

Em 08 de março de 2024, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Reestruturação de Dívida (Termo) da Cédula de Crédito Bancário no 101116100005600 (CCB), entre a Companhia e a Across Recuperação de Crédito Ltda. (Across) para reestruturação da CCB. O Termo não afeta o fluxo de pagamento das Debêntures, equivalente a 84,40% (oitenta e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento) do fluxo de caixa trimestral livre disponível para o pagamento dos credores, em conformidade com o estipulado na cláusula 6.28.1, XIX do Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1a (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A (Escritura de Emissão).

Adicionalmente, em linha com o disposto na cláusula 6.28.1, XVIII da Escritura de Emissão, a Across peticionou, em conjunto a Emissora, informando a desistência da ação monitória no 1142126-81.2022.8.26.0100, atualmente em trâmite perante a 38a Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, a qual tinha a finalidade de cobrar o crédito da CCB e estava suspenso para tentativa de acordo entre as partes.

Em 18 de junho de 2024, a Companhia foi comunicada pela Spesi sobre a cessão de crédito entre Across Recuperação de Crédito Ltda. (Cedente) e Spesi I Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizado multissetorial (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão de Cédula de Crédito Bancário no 101.116.100.005.600 em 08.03.2024 (Termo Repactuação CCB).

Reestruturação da dívida

Para fins de reestruturação do Crédito segue-se os mesmos parâmetros adotados na renegociação das Debêntures, as Partes acordam que o Crédito será nesta data, desdobrado em 03 (três) partes segregadas e autônomas, a seguir denominadas "Tranche A", "Tranche B" e "Tranche C", respectivamente (em conjunto, as Tranches), as quais serão pagas segundo critérios distintos, estabelecidos a seguir:

Características da reestruturação

Descrição	Tranche	Vencimento	Remuneração	Amortização
Tranche	1-A	31/03/2028	IPCA + 6,40% a.a.	Mensal (início maio)
	1-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	1-C	31/12/2060	TR	No vencimento



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo de empréstimo por tranche em 30 de junho de 2025:

Descrição	Tranche	Curto prazo	Longo prazo	Total
Tranche	1-A	10.519	18.413	28.932
	1-B	-	121.887	121.887
	1-C	-	1	1
		10.519	140.301	150.820

Movimentação de empréstimo e financiamento

	30.06.2025	31.12.2024
Saldo inicial	149.010	146.226
Pagamento	(6.900)	(12.555)
Apropriação de juros e multa	3.974	10.383
Atualização de empréstimos	4.736	4.956
Saldo final	150.820	149.010

Garantias e cláusulas restritivas

Como garantia da operação com o Spesi, utilizada como capital de giro para a compra de Óleo HFO, são concedidos:

- avais pelos seguintes avalistas: Ronaldo Marcelio Bolognesi, Hidrotérmica S.A., Bolognesi Energia S.A., Bolognesi Infraestrutura Ltda., Bolognesi Empreendimentos Ltda. e Bolognesi Engenharia Ltda.,
- cessão fiduciária de direitos creditórios referentes à receita variável dos contratos de compra e venda de energia.

16. Pesquisa e desenvolvimento

	Pesquisa e desenvolvimento			
	FNDCT	MME	P&D	TOTAL
Saldo em 31.12.2024	16.855	8.427	12.851	38.133
Provisão	349	146	349	844
Juros	951	503	-	1.454
Multa	20	12	-	32
Atualização monetária	-	-	721	721
Pagamentos	(316)	(158)	(409)	(883)
Saldo em 30.06.2025	17.859	8.930	13.512	40.301
Circulante	115	58	856	1.029
Não Circulante	17.744	8.872	12.656	39.272

Refere-se a encargo destinado a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento nos termos da Lei no 9.991, de 2000, e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas no 316, de 2008, e no 504, de 2012, e normas correlatas. O encargo de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para passivos contingentes

Os passivos contingentes existentes estão ligados, principalmente, às discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, cíveis e regulatórios.

A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos e revisão de seus advogados, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- i) **Perda provável** – são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%;
- ii) **Perda possível** – são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%.

a) Causas prováveis

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui ações classificadas como perdas prováveis.

b) Causas possíveis

A Companhia possui ações de naturezas cível, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, conforme demonstrado no quando a seguir:

	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Regulatório (i)	591.050	557.371
Tributário (ii)	12.350	11.609
Trabalhista (iii)	952	-
Cível	501	460
Total	<u>604.853</u>	<u>569.440</u>

- (i) A Companhia ajuizou em 2015 ação em face da ANEEL, para assegurar à empresa o direito ao equilíbrio econômico-financeiro de outorga de geração de energia termelétrica, diante do acionamento da usina acima da previsão do edital. Suspensão de penalidades pela entrega de energia a menor até que seja promovido o reequilíbrio. Os pedidos foram julgados improcedentes em 2018, com reforma no TRF, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos à origem para produção de prova pericial, com embargos de declaração da Aneel pendente de julgamento. A classificação de risco em 30 de junho de 2025 é possível no valor de R\$ 474.050 (R\$ 442.305 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia ajuizou em 2017 ação contra a ANEEL visando suspender a exigibilidade dos débitos imputados à PIII nas liquidações financeiras do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica ou na apuração da receita de venda dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs, seguinte e futuras, ocorridas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE – oriundos de indisponibilidade da usina, apurada em base horária e não conforme a média dos 60 (sessenta) meses anteriores, nos exatos termos da Resolução Normativa n. 169/2005 (substituída pela Resolução Normativa n. 614/2014), bem como sejam suspensos quaisquer ônus, encargos ou penalidades decorrentes dessa contabilização. A sentença foi favorável à PIII, proferida em dezembro de 2019, com recurso de apelação da Aneel pendente de julgamento pelo TRF. A classificação de risco em 30 de junho de 2025 é possível no valor de R\$ 117.000 (R\$ 115.066 em 31 de dezembro de 2024).

- (ii) A Companhia possui 04 (quatro) processos administrativos de natureza tributária, com valor em risco de R\$ 12.350 em 30 de junho de 2025 (R\$ 11.609 em 31 de dezembro de 2024), relacionado por suposta insuficiência de recolhimento atinentes ao PIS e COFINS; e a utilização indevida de créditos atinentes ao PIS e COFINS, pela suposta exclusão da base de cálculo das referidas contribuições receitas atinentes a Notas Fiscais de venda de energia elétrica.
- (iii) A contingência trabalhista refere-se à reclamação que reivindica o pagamento de horas adicionais, periculosidade, insalubridade e demais verbas trabalhistas



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 171.047 sendo composto por 26.163 mil ações ordinárias nominativas.

A Bolognesi Energia S.A., acionista controlador indireto da Companhia, é polo passivo em ação judicial movida por terceiros que visa o reconhecimento judicial do seu direito de exercer contrato de opção de compra de ações correspondentes a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia ou percentual equivalente do capital de sua controladora direta, Mesa Participações S.A. ("Mesa"). O desfecho de tal ação poderá resultar em modificação no quadro de acionistas da Companhia ou de sua controladora direta.

Dado que o contrato de opção de ações não estava aprovado no livro de ações, a Administração da Companhia entende que o aporte de Mesa na Companhia, bem como a garantia do debenturista são válidos, cabendo à requerente opor direitos contra a Bolognesi Energia S.A., na hipótese de o judiciário concordar com o pleito da requerente.

	30.06.2025		31.12.2024	
	Milhares de ações	Participação (%)	Milhares de ações	Participação (%)
Mesa Participações S.A.	26.163	100	26.163	100

b) Prejuízo básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	Período de seis meses findo em 30 de junho		Período de três meses findo em 30 de junho	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Prejuízo básico por ação				
Prejuízo do período	(22.668)	(34.627)	(7.264)	(19.826)
Quantidade de ações (milhões)	26.163	26.163	26.163	26.163
Prejuízo básico por ação (em reais)	(0,87)	(1,32)	(0,28)	(0,76)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocariam diluição para os exercícios apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir da ação judicial descrita anteriormente.

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não registrados

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias.

Em 30 de junho de 2025, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui saldo de R\$ 897.651 referente ao prejuízo fiscal e R\$ 897.651 referente à base negativa de cálculo da contribuição social que foram gerados nos últimos anos, para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação.



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esses prejuízos não estão sujeitos ao prazo decadencial, permanecendo o crédito fiscal disponível para a Companhia por tempo indeterminado. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável, a Companhia poderá registrar esse ativo.

	<u>30.06.2025</u>	<u>30.06.2024</u>
Resultado antes dos tributos sobre o resultado	(22.668)	(34.627)
Alíquota nominal de 34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(7.707)	(11.773)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Imposto diferido do exercício não constituído	7.707	11.773
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

20. Receita operacional líquida

	<u>Período de seis meses findo em</u> <u>30 de junho</u>		<u>Período de três meses findo em</u> <u>30 de junho</u>	
	<u>30.06.2025</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>30.06.2024</u>
Receita operacional bruta				
Fixa (i)	95.570	91.233	47.783	45.617
Variável (ii)	1.188	5.765	-	482
Energia de curto prazo MCP	1	108	-	(34)
	96.759	97.106	47.783	46.065
Deduções da receita bruta				
Pis e cofins sobre faturamento - 9,25%	(8.950)	(8.983)	(4.420)	(4.262)
Pesquisa e desenvolvimento	(874)	(887)	(432)	(415)
Encargos setoriais	(392)	(373)	(197)	(189)
	(10.216)	(10.243)	(5.049)	(4.866)
Total receita operacional líquida	86.543	86.863	42.734	41.199

- (i) A variação entre períodos é decorrente da atualização pelo IPCA na Receita Fixa; e
- (ii) A variação apresentada na receita variável entre períodos, refere-se a menor necessidade de despacho ordenado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 a Companhia disponibilizou o equivalente a 1.185 MWh (*) (6.851 MWh (*) período de seis meses findo em 30 de junho de 2024) (Vide Nota Explicativa nº 1).

(*) Informação não financeira não auditada



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Custos operacionais

	Período de seis meses findo em		Período de três meses findo em	
	30 de junho		30 de junho	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Compra energia MCP (i)	(141)	(37)	(98)	(43)
Encargos de uso do sistema de transmissão (ii)	(9.798)	(8.895)	(4.919)	(4.466)
Pessoal (iii)	(6.262)	(5.144)	(3.502)	(2.447)
Combustíveis e lubrificantes (iv)	(1.493)	(4.935)	(263)	(482)
Materiais (v)	(1.095)	(1.875)	(664)	(1.041)
Serviços de terceiros (vi)	(2.074)	(2.517)	(963)	(1.469)
Aluguéis (vii)	(6.038)	(10.504)	(2.930)	(5.269)
Manutenção e conservação - <i>Overhaul</i>	(284)	(539)	(74)	(217)
Depreciação e amortização	(20.339)	(20.196)	(10.184)	(10.106)
Seguros	(661)	(746)	(329)	(366)
Outros	(91)	(53)	(44)	(6)
Total de custos	(48.276)	(55.441)	(23.970)	(25.912)

- (i) A compra de energia MCP refere-se comercialização de energia elétrica contabilizada no curto prazo pela CCEE;
- (ii) Os encargos de uso do sistema de transmissão são relacionados ao transporte da energia da usina até os sistemas de distribuição;
- (iii) A variação na rubrica ocorreu em razão da reestruturação da equipe técnica da Usina;
- (iv) O custo com combustíveis e lubrificantes referem-se à compra de insumos para atendimento ao despacho de energia, bem como consumo para geração de energia, o qual a Companhia disponibilizou o equivalente a 1.185 MWh (*) no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 (6.851 MWh (*) no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024) (Vide Nota Explicativa nº 1); e
- (v) A variação na rubrica se deu em razão da utilização de materiais para correções de quebras pontuais em 2024;
- (vi) A variação na rubrica refere-se serviços de terceiros ocorreu em razão da revisão dos contratos de produção para otimização de custos;
- (vii) A variação refere-se principalmente a redução no preço dos aluguéis de tanques para armazenamento de combustíveis;

(*) Informação não financeira não auditada

22. Outras receitas (despesas) operacionais

a) Gerais e administrativas

	Período de seis meses findo em		Período de três meses findo em	
	30 de junho		30 de junho	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Pessoal e administradores	(1.613)	(1.720)	(954)	(843)
Serviços de terceiros (i)	(999)	(780)	(552)	(362)
Seguros	(45)	(66)	(23)	(33)
Outros	(199)	(100)	(162)	(57)
Total de despesas gerais e administrativas	(2.856)	(2.666)	(1.691)	(1.295)

- (i) A variação na rubrica se deu em razão a menor necessidade na contratação de serviços de consultorias e assessorias jurídicas extraordinárias no período de seis e três meses findo em 30 de junho de 2025.



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Resultado financeiro, líquido

	Período de seis meses findo em		Período de três meses findo em	
	30 de junho		30 de junho	
	30.06.2025	30.06.2024	30.06.2025	30.06.2024
Receita sobre aplicação financeira (i)	1.016	681	550	419
Juros sobre depósitos judiciais	-	12	-	6
Variação cambial ativa (ii)	1.053	135	360	118
Variação monetária ativa (iii)	-	103	-	-
Total de receitas financeiras	2.069	931	910	543
Juros e multas das debêntures (iv)	(22.581)	(20.619)	(10.050)	(10.238)
Variação monetária debêntures (iv)	(24.501)	(19.283)	(7.733)	(7.669)
Amortização do custo das debêntures (iv)	(1.164)	(1.184)	(648)	(581)
Juros de financiamentos (v)	(3.974)	(6.510)	(2.006)	(2.031)
Juros fornecedores	(203)	(906)	(73)	(596)
Juros passivos	(3.562)	(2.928)	(1.834)	(1.494)
Variações monetárias passivas (vi)	(3.948)	(3.415)	(2.867)	(2.331)
Multas	(36)	(292)	2	(239)
Working Capital (vii)	-	(9.161)	-	(9.161)
IOF	(179)	(176)	(38)	(26)
Total de despesas financeiras	(60.148)	(64.474)	(25.247)	(34.366)
Resultado financeiro líquido	(58.079)	(63.543)	(24.337)	(33.823)

- (i) A variação refere-se a rendimentos aplicação financeira atualizadas. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 99,78% do CDI em 30 de junho de 2025 (99,55% do CDI em 30 de junho de 2024);
- (ii) Os valores apresentados de variação cambial ativa referem-se à atualização cambial de dívidas com fornecedores em moeda estrangeira;
- (iii) A variação apresentada refere-se à atualização monetária ativa dos arrendamentos dos terrenos da Usina (vide Nota Explicativa nº11);
- (iv) Os valores apresentados de juros, multas, variação monetária e amortização do custo das debêntures refere-se à atualização do indexador de amortização das debêntures de 6,40% a.a. + IPCA em 30 de junho de 2025;
- (v) Os valores apresentados referem-se: (i) atualização do indexador do empréstimo da Spesi em razão da repactuação realizada em março de 2024 (vide Nota Explicativa nº 15); e (ii) atualização do arrendamento dos terrenos da Usina; e
- (vi) Refere-se ao novo Instrumento Particular de Arrendamento de Imóvel Rural, Consolidação e outras Avenças, dos terrenos onde está instalada a Usina (vide Nota Explicativa nº11); e
- (vii) Refere-se a garantia na aquisição de combustível para geração de energia.

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo versus valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Mensuração	Nível	30.06.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa (NE 03)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	13.808	13.808	12.979	12.979
Contas a receber (NE 04)	Custo amortizado	Nível 1	23.063	23.063	25.300	25.300
Depósitos vinculados - contas reserva (NE 07)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	5.813	5.813	11.103	11.103
Partes relacionadas (NE 09)	Custo amortizado	Nível 1	36.271	36.271	36.271	36.271
Passivos Financeiros						
Fornecedores (NE 12)	Custo amortizado	Nível 1	30.002	30.002	48.947	48.947
Partes relacionadas (NE 09)	Custo amortizado	Nível 1	54.050	54.050	52.680	52.680
Empréstimos e financiamentos (NE 15)	Custo amortizado	Nível 1	150.820	160.202	149.010	161.260
Debêntures* (NE 14)	Custo amortizado	Nível 1	756.235	862.456	741.964	867.014

(*) Em 30 de junho de 2025, o saldo contábil de debêntures desconsidera o montante de custo de transação de R\$ 2.560 (R\$ 3.723 em 31 de dezembro de 2024).

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto empréstimos e financiamentos e debêntures, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, a Administração utilizou o último preço negociado das debêntures, e, para demais empréstimos, a taxa média de DI e IGP-M divulgada pela CETIP, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. A Administração calculou a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	Contábil		Valor Justo	
	30.06.2025	31.12.2024	30.06.2025	31.12.2024
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa (NE 03)	13.808	12.979	13.808	12.979
Depósitos vinculados - contas reserva (NE 07)	5.813	11.103	5.813	11.103
Partes relacionadas (NE 09)	36.271	36.271	36.271	36.271
Passivo				
Empréstimos e financiamentos (NE 15)	150.820	149.010	160.202	161.260
Debêntures* (NE 14)	756.235	741.964	862.456	867.014
Partes relacionadas (NE 09)	54.050	52.680	54.050	52.680

(*) Em 30 de junho de 2025, o saldo contábil de debêntures desconsidera o montante de custo de transação de R\$ 2.560. (R\$ 3.723 em 31 de dezembro de 2024).

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado;
- **Contas a receber:** as contas a receber decorrem basicamente do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade e é representado por créditos com vencimento até 30 dias;
- **Depósitos vinculados – conta reserva:** os depósitos vinculados são reservas mantidas com a finalidade de atender às exigências contratuais de dívida. São mantidas em aplicações financeiras e estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado;
- **Fornecedores:** estão mensurados pelo custo amortizado;
- **Empréstimos e financiamentos:** estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro; e
- **Debêntures:** estão mensuradas pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro.

Administração financeira de risco

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações contábeis, e os juros a vencer até o final do contrato.

	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores (NE 12)	30.002	30.002	21.355	8.647	-	-
Empréstimos e financiamentos (NE 15)	150.820	150.820	10.519	-	-	140.301
Debêntures* (NE 14)	756.235	753.675	59.660	-	-	694.015
Passivo de arrendamento (NE 11)	7.862	7.862	1.408	1.507	1.613	3.334

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

Quanto ao contas a receber, decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do ONS (parcela de receita variável).



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 30 de junho de 2025.

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, IPCA e TJLP em 30 de junho de 2025. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

	30.06.2025				
	-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
Debêntures - Tranche A - IPCA + 6,40%					
Exposição líquida IPCA	134.986	145.010	155.740	167.224	179.512
Impacto da variação	(20.754)	(10.730)		11.484	23.773
Debêntures - Tranche B - IPCA + 5,00%					
Exposição líquida IPCA	660.092	682.905	706.417	730.646	755.612
Impacto da variação	(46.324)	(23.512)		24.229	49.195
Debêntures - Tranche C - TR					
Debêntures					
Exposição líquida IPCA	296	300	300	300	304
Impacto da variação	(4)	-		-	4
CCB - Tranche A - IPCA + 6,40%					
Exposição líquida CDI	18.414	18.414	18.414	18.414	18.414
Impacto da variação	-	-		-	-
CCB - Tranche B - IPCA + 5,00%					
Exposição líquida CDI	71.490	107.235	141.788	178.724	214.469
Impacto da variação	(70.298)	(34.553)		36.936	72.681

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial atrelado ao dólar norte-americano em função de dívida reconhecida com a BP North America Petroleum decorrente de Demurrage (sobre estadia) de óleo HFO. Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para a proteção desse risco.



Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
Referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Seguros

Em 30 de junho de 2025, a cobertura de seguros era a seguinte:

Cobertura	Seguradora	Vigência	Valor Prêmio	Valor Cobertura
Risco Operacional	HDI Seguros S.A.	17.01.2025 a 17.01.2026	1.570	120.000
Responsabilidade Civil Geral	Ezze Seguros S.A.	26.04.2025 a 26.04.2026	14	20.000
Responsabilidade Civil dos Administradores	Chubb Brasil S.A.	06.08.2025 a 06.08.2026	533	100.000

O escopo de trabalho de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Termelétrica Pernambuco III S.A.
Igarassu – PE

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial intermediário, em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a Norma Internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - “Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade” e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº1, que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado, em 30 de junho de 2025, um total de prejuízos de R\$ 948.616 mil, e naquela data, e seu patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R\$ 777.569 mil. A referida nota explicativa divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto à renegociação das dívidas. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a administração executar planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso nos processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com outras informações divulgadas na referida Nota Explicativa, indicam existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 9, que descreve que a Companhia mantém transações com partes relacionadas, principalmente relacionadas à transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e custos administrativos, cujas condições são definidas entre as partes. Caso essas transações fossem realizadas com terceiros o desempenho da Companhia poderia ser diferente. Nossa opinião não é modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado (DVA) – informação suplementar

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao período

de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pela IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR), com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e a revisão das informações contábeis intermediárias referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, foram auditados e revisados por outro auditor independente, respectivamente, que emitiu relatório de opinião sem modificação datado de 27 de março de 2025, e relatório de revisão sem modificação sobre as referidas informações trimestrais datado em 14 de agosto de 2024.

São Paulo, 14 de agosto de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PE 001269/F-8

Thiago Gonçalves Marques
Contador CRC 1 SP 254881/O-8 – S - PE

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, que revisamos, discutimos e concordamos com todas as informações contidas nas Informações Contábeis Intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A., que tais informações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025.

Igarassu, 14 de agosto de 2025.

Alberto de Pinho Novo Junior
Diretor de Relações com Investidores

Gabriel Freitas Moreira da Silva
Diretor Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, em atendimento à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, itens V e VI, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da BDO RCS Auditores Independentes S.S., emitido sobre as Informações Contábeis Intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A., relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2025.

Igarassu, 14 de agosto de 2025.

Alberto de Pinho Novo Junior
Diretor de Relações com Investidores

Gabriel Freitas Moreira da Silva
Diretor Presidente